

QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL: NEGACIONISMO E COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO NO CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19

SOCIO-ENVIRONMENTAL ISSUES, PUBLIC POLICIES AND SOCIAL SERVICE: NEGATIONISM AND ETHICAL-POLITICAL COMMITMENT IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC

Ana Beatriz Souza Silva¹
Rafael Gonçalves dos Santos²
Maria Cristina Piana³

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca/SP. Integrante do grupo de Extensão Universitária Comunicativa e Popular Ginga. E-mail: hinashi2011@hotmail.com.

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca/SP. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca/SP. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPIIA). E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

³ Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; UNESP - Franca/SP. Docente do programa de graduação e pós - graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; UNESP - Franca/SP. Coordenadora do Programa de Extensão Necria. Tutora do Grupo PET Serviço Social-Unesp Franca. Professora orientadora. E-mail: cristina.piana@unesp.br.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

RESUMO: O presente trabalho é um ensaio teórico que objetiva analisar as principais consequências políticas, sociais, econômicas, ambientais e sanitárias acentuadas pelo contexto de pandemia de Covid-19 no atual cenário brasileiro, tendo em vista as novas demandas de reconfiguração trabalhista e participação ativa da população, os desafios contemporâneos quanto ao negacionismo do atual governo e a reafirmação do compromisso ético-político da profissão de assistentes sociais na defesa do meio ambiente. A partir do aporte de intelectuais que apresentam o referencial crítico-dialético em suas análises, as reflexões apresentadas tem como objetivo denunciar os principais ataques provocados pela atual gestão ultraneoliberal e pela oposição do Estado da morte na garantia de políticas públicas frente à agudização das expressões da questão socioambiental. Para além de referenciar algumas funções gerenciais que são imprescindíveis para o exercício profissional de assistentes sociais, em articulação com outras profissões, nos diversos espaços sócio ocupacionais de intervenção dentro das políticas públicas e sociais, com o intuito de contribuir para a construção de um sistema de proteção social amplo e efetivo, além de desenvolver serviços, programas, projetos de sustentabilidade por meio de um modelo de gestão socioambiental a partir da perspectiva de intersetorialidade.

Palavras-chave: Covid-19, Questão Socioambiental, Serviço Social. Estado da morte.

ABSTRACT: *The present work is a theoretical essay that aims to analyze the main political, social, economic, environmental and health consequences accentuated by the Covid-19 pandemic context in the current Brazilian scenario, in view of the new demands of labor reconfiguration and active participation of the population, the contemporary challenges regarding the denialism of the current government and the reaffirmation of the ethical-political commitment of the profession of social workers in the defense of the environment. Based on the contribution of intellectuals who present the critical-dialectical framework in their analyses, the reflections presented aim to denounce the main attacks provoked by the current ultra-neoliberal management and by the opposition of the State of*

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

death in guaranteeing public policies in the face of the sharpening of expressions of socio-environmental issue. In addition to referring to some managerial functions that are essential for the professional exercise of social workers, in conjunction with other professions, in the various socio-occupational spaces of intervention within public and social policies, in order to contribute to the construction of a system of broad and effective social protection, in addition to developing services, programs, and sustainability projects through a socio-environmental management model from an intersectoral perspective.

Keywords: *Covid-19, Socio-environmental issue, Social service, State of death.*

INTRODUÇÃO

Realizar o debate sobre a questão socioambiental, elucidar os impasses para a implantação de políticas públicas amplas e universais, assim como compreender as determinações contraditórias acentuadas pelo Estado da morte, também permitem referenciar a profissão em Serviço Social enquanto categoria profissional que se insere no contexto das sucessivas transformações sócio históricas em curso no cenário contemporâneo, e que tem o seu quadro de crise econômica, política, social, ambiental e sanitária agravadas pela pandemia de Covid-19.

Diante do contexto de ataques frontais aos direitos sociais e das políticas públicas ameaçadas pelos mecanismos gerenciais e burocráticos da política ultraneoliberal, a pobreza desloca o seu atendimento para a iniciativa privada ou individual, a partir de práticas solidárias e beneméritas. Além disso, o Estado renuncia à responsabilidade pública no atendimento das

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

necessidades sociais e a transfere ao mercado e à filantropia, tendo em vista a perspectiva da responsabilização individual.

A partir do aporte do referencial crítico-dialético, o presente artigo realiza um estudo bibliográfico e também fornece subsídios para a análise do conjunto de contrarreformas e dos ataques às políticas públicas, que por sua vez também condicionam o exercício profissional dos/as assistentes sociais nos diversos espaços sócio ocupacionais, haja vista a emergência de ações que reafirmam a assistencialização da pobreza contra o direito ao trabalho, transversal às políticas e programas sociais focalizados, destinados às classes populares urbanas, além de ameaçar a capacidade de organização e mobilização em defesa dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora na construção de uma sociedade livre, justa, igualitária e sustentável.

Somadas à crise sanitária da pandemia da Covid-19, os estudos realizados pelo presente estudo permitem compreender que a intervenção de assistentes sociais não deve ser desassociada das manifestações da questão socioambiental, uma vez que as suas expressões estão vinculadas diretamente ao modo de produção capitalista, intensificando os seus impactos e consequências, além da profunda destruição ambiental e social enquanto condição para a sua autorreprodução.

Destarte, a partir da apreensão de referenciais que apresentam reflexões e análises críticas sobre o movimento anti social do sistema capitalista, faz-se necessário articular direções sociais estratégicas vinculadas à luta dos movimentos sociais e das classes populares urbanas para enfrentar e resistir aos ataques

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

perversos provocados pela cultura da morte do capital, que estabelecem a divisão entre os considerados mais aptos para viver e existir, isto é, os detentores dos meios de produção, e os que deixam de existir e que têm a sua identidade roubada, suas terras invadidas e os seus direitos violados diante de uma estrutura racista, machista e LGBTfobia.

1. COVID-19, GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ANTE AOS ATAQUES PROVOCADOS PELO ESTADO DA MORTE

O debate acerca do processo de consolidação e de defesa das políticas sociais públicas na perspectiva de construção de um modelo de gestão social nas instituições e nos diversos espaços sócio ocupacionais de atuação do/a assistente social também exige compreender que tais pressupostos encontram-se diretamente vinculados ao contexto histórico de crise econômica, política, social, ambiental e sanitária acentuadas pela pandemia da Covid-19. A realidade brasileira contemporânea depara-se com as bases sociais sustentadas pelo Estado da morte, expressos pela necropolítica, por uma gestão negacionista, genocida e pelo metabolismo antissocial do sistema capitalista que se alimenta de vidas, independentemente das consequências sociais, políticas e ambientais que possa provocar.

Com a ascensão do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 1990, as políticas sociais - que até então não haviam sido efetivadas sob a perspectiva de *Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.*

garantia de direitos - começam a se deparar com os reflexos da política econômica neoliberal, de paradigma gerencialista, que configura, sobretudo, um modelo de Estado da morte, tornando-se mínimo para os gastos sociais e máximo para o mercado e para os investimentos na economia, principalmente nos dias atuais enquanto estratégia de superação da crise. Com a emergência da crise do capital da década de 1970, o processo de implementação e garantia de direitos começam a sofrer impactos mais severos, uma vez que a ofensiva neoliberal reorganiza as relações de produção e reprodução social, intensifica a mercantilização dos direitos sociais, além de reconfigurar o papel do Estado e da sociedade civil frente à agudização das expressões da questão social, mesmo diante das conquistas históricas a partir da Constituição Federal de 1988.

Apesar do ascenso das lutas democráticas e dos movimentos sociais, que apontavam condições políticas e uma base de legitimidade forte para a realização de reformas efetivas, muitas contratendências se interpuseram a essa possibilidade. Os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contra-reforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 147).

Diante deste contexto, como a profissão em Serviço Social encontra-se inserida na contradição entre

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

capital e trabalho por meio da questão social, é notório que as transformações sócio históricas no cenário contemporâneo e os seus reflexos no campo das políticas sociais, assim como nos modelos de gestão socioambientais, também condicionam diretamente o papel profissional de assistentes sociais nos espaços sócio ocupacionais, haja vista a existência de ações que ainda estão condicionadas pela assistencialização da pobreza, por políticas e programas sociais focalizados, destinados aos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, além de ameaçar a capacidade organizacional de mobilização em defesa dos direitos historicamente conquistados e de defesa ao meio ambiente.

Diante do cenário de constante desregulamentação de direitos sociais e de políticas públicas, a pobreza começa a sofrer reconfigurações, deslocando a sua atenção para a iniciativa privada ou individual, a partir da adoção de práticas solidárias e benemerentes. Em outras palavras, o Estado se exime de sua responsabilidade pública no atendimento das necessidades sociais e a transfere ao mercado e à filantropia, enquanto alternativas aos direitos sociais. (IAMAMOTO, 2009, p. 19)

Partindo desses pressupostos históricos, políticos, econômicos e sociais, observa-se que as instituições, além dos diversos espaços sócio ocupacionais de atuação profissional enfrentam inúmeros desafios no que diz respeito à construção e o fortalecimento de um modelo de gestão democrática, participativo e socioambiental, enquanto mecanismo de enfrentamento das contradições presentes no interior dos seus espaços. Agravadas pelas medidas de isolamento social que foram inauguradas pela pandemia da Covid-19, é preciso compreender que a

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

perspectiva participativa encontra-se cada vez mais ameaçada, pois além do diálogo entre toda a equipe técnica e dos/as profissionais dos espaços de intervenção já se encontrarem fragilizados, a participação e o acesso à informação da sociedade civil no controle e na avaliação dos processos decisórios se torna praticamente insuficientes e/ou inexistentes.

De acordo com os estudos realizados por Rodrigo de Souza Filho e Cláudio Gurgel (2018, p. 205), existem quatro principais funções gerenciais que estão presentes no âmbito das teorias da gestão e que são imprescindíveis para a intervenção profissional de assistentes sociais sob uma perspectiva crítica e de totalidade. São elas: a função direção, organização, controle e planejamento.

A função direção apresenta um papel fundamental, principalmente nos processos decisórios, pois todas as direções sociais estratégicas devem ser construídas de maneira conjunta com toda a equipe técnica e administrativa dos espaços de intervenção, com o objetivo de alcançar os objetivos organizacionais e promover maior articulação entre as atividades de coordenação, comando e de liderança. Essas ações contribuem para que os/as profissionais realizem e alcancem com efetividade os objetivos que foram propostos coletivamente. Além disso, vale ressaltar que as ações de comando e de coordenação são consideradas as principais funções da direção.

Em relação à função organização, é importante salientar que esta função gerencial estrutura toda a dinâmica de funcionamento das instituições, dos espaços sócio ocupacionais, além dos serviços, programas e projetos que são desenvolvidos, podendo ser analisada a partir da divisão de trabalho existente. Dessa forma, essa

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

divisão precisa ser analisada, segundo Rodrigo de Souza Filho e Claudio Gurgel (2018, p 205-220), considerando cinco elementos centrais: a sua estrutura hierárquica; a distribuição de poder; as relações estabelecidas entre as instâncias/órgãos; a alocação de recursos físicos, materiais e financeiros para o desenvolvimento das atividades e; o detalhamento dos serviços prestados pela unidade, as suas regras de acesso, os critérios de elegibilidade e dentre outros aspectos. De acordo com Maximiano (2000, p. 265), organizar constitui o processo de dispor de qualquer coleção de recursos em uma estrutura que facilite a realização de seus objetivos. Logo, a função organização precisa estar subordinada aos pressupostos da gestão democrática e socioambiental, com vistas à emancipação humana e à efetivação de um projeto de sustentabilidade.

Já a função gerencial controle também pode ser situada no âmbito das atividades de monitoramento, de supervisão e de avaliação, segundo a qual possibilita o monitoramento e o planejamento dos planos de ações, além de estabelecer mediações e análises comparativas em relação o que havia sido planejamento pela equipe interdisciplinar e os resultados e objetivos organizacionais alcançados. Além disso, a função controle é determinada no momento em que é realizada, ou seja, antes, durante e/ou após a efetivação do planejamento, subsidiado por duas dimensões fundamentais: o monitoramento (controle durante as atividades realizadas pela unidade) e a avaliação (pressupõe a realização do controle após a concretização do planejamento).

No que concerne à função planejamento, as contribuições apresentadas por Myrian Veras Baptista (2013, p.13) demonstram que o planejamento pode ser

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

compreendido, respaldado pela perspectiva lógico-racional, como um processo metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social. Esta função gerencial também realiza a seleção de atividades necessárias para atender a questões determinadas, configurando a sua racionalidade dialética de ação. O planejamento deve ser interpretado enquanto mecanismo indispensável para se pensar e agir a partir da delimitação de uma sistemática analítica, realizando estudos sobre as situações presentes, prevendo seus limites e possibilidades de intervenção profissional, além de definir, principalmente no âmbito das competências e atribuições privativas do/a assistente social, direções estratégicas necessárias para se planejar, elaborar, executar e avaliar programas e projetos relativos à assistência e aos serviços sociais fornecidos para a população usuária.

Nesse sentido, ao referenciar o papel destas funções enquanto instrumentos de intervenção da categoria profissional para a defesa de um modelo de gestão democrático e socioambiental, observa-se que o desenvolvimento dessas funções no interior das relações de trabalho construídas por assistentes sociais não pode estar desarticulado de seu projeto ético-político profissional e tampouco das suas competências e atribuições privativas, que são indispensáveis no processo de garantia de políticas sociais com vistas à consolidação de um sistema de proteção social amplo e efetivo.

Não obstante, a proteção social precisa ser analisada superando a ideia de promoção de uma única política social, uma vez que este sistema prevê o estabelecimento de um conjunto de políticas públicas que

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

assegurem direitos e apresentem respostas às diversas e complexas demandas e necessidades básicas. Nessa perspectiva, não podemos atribuir tão somente à política de assistência social, por exemplo, a responsabilidade de promover exclusivamente a proteção social, mas articulá-la às demais políticas sociais, como as políticas de saúde, previdência, educação, alimentação, habitação, transporte, emprego, meio ambiente e dentre outras fundamentais.

Ao mesmo tempo, somada à crise sanitária da pandemia da Covid-19, o trabalho profissional de assistentes sociais não deve ser desassociada das manifestações da questão socioambiental, principalmente porque suas expressões adversas vinculam-se ao modo de produção capitalista, intensificando os seus impactos e consequências, além da profunda destruição ambiental e social enquanto condição para a sua autorreprodução. Exemplo disso pode ser identificado pelas constantes mudanças climáticas que afetam o ecossistema, resultando na incidência de queimadas e das emissões de gases de efeitos estufa, movidos a alcançar um único propósito no âmbito do Estado Moderno: ampliar a concentração de riqueza nas mãos de uma autocracia burguesa, alimentada pela sociedade do lucro e por seus modelos de gestão privadas.

Nesse sentido, Chesnais e Serfati (2003, p.2) alertam para existência de uma grave crise ecológica, além de indicarem que “[...] as consequências ambientais da acumulação no quadro da dominação mundial do capital financeiro tendem a materializar-se sob formas extremamente graves e num ritmo que se acelera”. Além disso, Letícia Soares Nunes (2013, p. 200) acrescenta que ***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.***

esses fatores fizeram com que os países se organizassem para elaborar formas de enfrentamento a estas crises, manifestando, principalmente na década de 1970, na realização de convenções e protocolos para a inserção da questão socioambiental no interior das políticas públicas para reparação e preservação do meio ambiente. Com isso, os organismos multilaterais, com destaque para a Organização das Nações Unidas (ONU), assumem um papel imprescindível para a elaboração de diretrizes políticas e econômicas nos países periféricos.

Nesse sentido, as estratégias para a minimização dos impactos e das consequências provocadas pela presente crise econômica, política, social, sanitária e socioambiental intensificam-se com o processo de apropriação e privatização sem precedentes de políticas públicas, bem como dos bens sociais e naturais. Dessa forma, a questão socioambiental precisa ser referenciada nos diversos espaços de intervenção profissional, principalmente por assistentes sociais, de modo a incentivar o desenvolvimento de projetos e discussões sobre a educação e a sustentabilidade ambiental. Assim, para alcançar esses objetivos, faz-se necessário estimular ações intersetoriais e interdisciplinares entre as diversas áreas do conhecimento voltadas para reduzir e superar os constantes ataques provocados pela crise socioambiental.

2. CRISE CLIMÁTICA E O NEGACIONISMO DO GOVERNO BRASILEIRO

A construção das políticas públicas hoje, se molda sobre o ultra neoliberalismo, marcado pelo avanço de políticas que acredita no mínimo social. Diante disso, o *Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.*

processo de desfinanciamento das políticas sociais, durante esse período, sobretudo com a aprovação de duas Emendas Constitucionais (EC), nº 93/2016 e EC nº 95/2016, corroboraram para o processo de desresponsabilização estatal, sendo transferido assim à sociedade civil e ao terceiro setor, adensando o projeto já mencionado do Estado da morte, no que se refere ao desmonte da seguridade social brasileira. É notório a negligência e o descaso do governo atual corroborando assim para o que estamos vivenciando no momento, com uma crise socioambiental mundial e o não feito do Governo Brasileiro com a efetivação, gestão e financiamento de políticas públicas ambientais que assegurem a preservação e não ao desmatamento que tanto foi presente durante os anos de 2020 e 2021 no país, e que já trouxe suas consequências.

Assim como cita Krenak (ano):

Governos burros acham que a economia não pode parar. Mas a economia é uma atividade que os humanos inventaram e que depende de nós. Se os humanos estão em risco, qualquer atividade humana deixa de ter importância. Dizer que a economia é mais importante é como dizer que o navio importa mais que a tripulação. (KRENAK, p. 8,)

Com isso, cabe ressaltar que ao estudar as políticas públicas e sociais de nosso país, devemos nos ater ao entendimento que essas se organizam, são executadas e financiadas, sobretudo pelo Estado, portanto em contexto de crises sociais, ambientais, políticas e econômicas, o

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

olhar dentro de um Estado neoliberal que valoriza o lucro acima da vida humana, como vemos durante a pandemia de Covid-19, nos leva a entender do porquê vivenciamos um dos momentos mais alarmantes de nossa história.

Assim como cita Lucca (2020, p.) “[...] o fenômeno da globalização, impulsionado pelas tecnologias e pela entrada do capital financeiro, turbinou novas formas e novas relações de trabalho: flexíveis, desregulamentadas e intensificadas”, logo as novas formas de trabalho atual, se concretizando com a famosa uberização, trazem um aumento da precarização e a intensificação da ideologia neoliberal nas relações sociais.

Para além das diversas mudanças na forma de socialização, e a intensificação do neoliberalismo, sobretudo, nas políticas sociais, hoje nos deparamos com um dos momentos mais alarmantes da humanidade, depois da publicação do sexto Relatório de Avaliação denominado “Mudança Climática 2021: A base das ciências físicas” sobre mudanças climáticas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU. Neste relatório, é demonstrado, através de estudos realizados, que o mundo provavelmente atingirá a marca de 1,5°C de aquecimento nas próximas duas décadas, trazendo assim consequências catastróficas se nada for feito.

O Brasil concentra um dos maiores biomas do mundo, a floresta Amazônica, representando um terço das florestas tropicais mundiais, contendo mais da metade da biodiversidade do planeta, que ajuda a manter o equilíbrio climático. A região vem sendo alvo do desmatamento em massa, devido à pecuária e a exploração madeireira, portanto quando a floresta é queimada e derrubada, a

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

imensa quantidade de carbono presente é liberada contribuindo assim com o efeito estufa. Dito isso, como já observado, enfrentamos um grande colapso ambiental, que cabe ao governo em suas formas de políticas socioambientais, a adoção de práticas mais sustentáveis e que garantam o mínimo previsto na emissão de gases do efeito estufa assim como é expressado no documento apresentado.

Portanto faz-se necessário observar assim, que para além das ações de órgãos mundiais no combate para limitar e evitar os impactos ambientais e climáticos, é imprescindível destacar que o Estado brasileiro tem como dever de financiar políticas públicas que atuam no combate desse evento, sendo essencial para minimizar o problema apresentado. Essa questão ainda é muito debatida e denunciada por movimentos sociais que lutam pela preservação dos nossos biomas, porém como podemos observar durante esse momento de pandemia de Covid-19 no país, os governos ainda continuaram a preservar uma suposta economia em contrapartida da valorização da vida humana e da preservação de nossa biodiversidade.

Logo, nossa categoria, baseia-se em princípios éticos-políticos que buscam a justiça social. Como podemos observar através do Código de Ética da profissão, um de seus princípios fundamentais diz que: “V - Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.” (2012, p.127), é com isso que faz-se necessário a luta pela defesa social e a garantia do acesso aos bens e serviços relativos às políticas sociais. Para além

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

de se garantir o acesso da população nas políticas públicas, cabe também ressaltar que o assistente social deve trazer o debate junto a população sobre a participação comunitária na política e nas decisões que permeiam esse meio, junto a ação popular na garantia de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos fatos supracitados, pode-se concluir que a atuação dos profissionais, sobretudo nas políticas sociais, focando em assistentes sociais, mas não somente, é imprescindível devido sua responsabilidade ética e política na garantia de um sistema de proteção social e ambiental amplo e efetivo.

Para além, os desafios encontrados no cenário atual de negacionismo vindo do atual governo; o contexto de crise econômica, política, social, ambiental e sanitária acentuadas pela pandemia de Covid-19; e as novas demandas das reconfigurações trabalhistas corroboram no alcance do propósito do Estado Moderno, ou seja na ampliação e concentração das riquezas nas mãos de uma autocracia burguesa, suprida pelo lucro e pelos modelos de gestão privadas.

Ademais, a crise socioambiental que estamos enfrentando é mais um desafio inaugurado pela necropolítica do Estado atual. As constantes mudanças climáticas que afetam o ecossistema, resultando na incidência de queimadas e das emissões de gases de efeito estufa, além das demonstrações realizadas pelo IPCC, alerta-nos para um colapso ambiental que se mostra irreversível se nada continuar sendo feito pelas potências

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

mundiais, principalmente os líderes brasileiros, demonstrando sua negligência com o meio ambiente e sobretudo com a não adoção de políticas públicas para preservação ambiental, essencialmente a Amazônia que é a maior floresta tropical do mundo.

Portanto, cabe ressaltar que a atuação educativa e interdisciplinar dos assistentes sociais junto a outros profissionais nas políticas públicas e sociais, trazendo o olhar crítico em conjunto à população do que estamos vivenciando no momento leva a uma movimentação social que culminará na pressão popular que é urgente neste momento, visto que a espera de uma atuação espontânea estatal nunca virá.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA, IPAM. **A importância das florestas em pé: a importância das florestas em pé na Amazônia**. Disponível em: <https://ipam.org.br/cartilhas-ipam/a-importancia-das-florestas-em-pe/>. Acesso em: 06 de out. de 2021.

ANTUNES, R. **CORONAVÍRUS: O TRABALHO SOB FOGO CRUZADO**. Antunes R. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROCO, M. L.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social, fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2015.

COHEN, E. & FRANCO R. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 16, p. 1-40, 2003.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela; Carvalho, RAUL. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA FILHO, R.; GURGEL, C. **Gestão Democrática e Serviço Social**: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez Editora: 2018.

NUNES, L. S. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 196 - 212, jan./jun. 2013.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008. 214 p.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 2, 2020.